

## **Indústria gaúcha já sente os impactos severos da crise**

---

## **A maior recessão desde a Grande Depressão de 1929**

---

## **O problema do “caronavírus” no Brasil**

---

## **A distribuição do PLP 149/19 entre os Estados e Municípios**

---

**FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL**

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

**UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS**

[www.fiergs.org.br/economia](http://www.fiergs.org.br/economia)

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## Indústria gaúcha já sente os impactos severos da crise

Não há dúvidas de que os impactos na economia da crise provocada pelo novo coronavírus serão imensos. O acompanhamento do valor das Notas Eletrônicas (NF-e + NFC-e) emitidas no RS, divulgado semanalmente pela Receita Estadual, permite ter uma estimativa da queda na atividade econômica gaúcha.

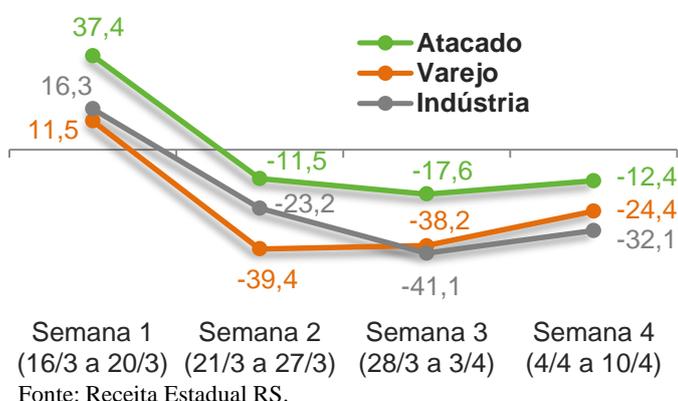
Os dados mais recentes, referentes à semana de 4 a 10 de abril, revelam queda de 25,2% do valor médio diário de emissão de Notas Eletrônicas, na comparação com a mesma semana de 2019, e somam-se às perdas de 22,9% e 31,5% registradas nas duas semanas anteriores. Entre os três setores acompanhados, a maior queda ocorreu na Indústria (-32,1%), seguida pelo Varejo (-24,4%) e pelo Atacado (-12,4%). O montante que deixou de ser comercializado ajuda a dimensionar o prejuízo para o setor industrial: em média, a venda diária foi de R\$ 553,16 milhões, ao passo que na semana equivalente do ano passado foi de R\$ 814,67 milhões, uma redução de R\$ 261,51 milhões.

No acumulado das últimas quatro semanas, a queda na Indústria foi de 23,2%. Entre os 19 segmentos industriais para os quais há dados, apenas 6 apresentaram crescimento nas vendas entre 16 de março a 10 de abril. Por um lado, as atividades que conseguiram crescer nesse período estão relacionadas à área de alimentação, como a produção de Arroz (+33%), Suínos (+30%), Trigo (+17%), Leite (+12%) e Aves e Ovos (+9%), bem como de Produtos de limpeza (+30%). No entanto, até mesmo nesses segmentos

houve desaceleração nas taxas de crescimento das vendas no decorrer da crise. Por outro lado, as maiores quedas foram observadas em Couros e calçados (-72%), Móveis (-61%), Têxteis e confecções (-59%), Metalurgia (-52%) e Veículos (-42%). Em alguns deles, inclusive, houve aceleração da queda ao longo das semanas, mostrando que a situação segue piorando.

A continuidade das restrições de funcionamento das diversas atividades deve aprofundar esse cenário de dificuldades. A redução na produção e nas vendas vai prejudicar ainda mais a situação financeira das empresas, muitas delas ainda em recuperação da recessão de 2015-2016, resultando no fechamento de postos de trabalho ou até mesmo no encerramento das atividades.

**Evolução das vendas por atividade – RS**  
(Var. % da venda média diária em relação ao mesmo período de 2019)



## A maior recessão desde a Grande Depressão de 1929

O mundo deve viver a maior recessão desde a Grande Depressão de 1929. Esta é a principal mensagem do relatório *World Economic Outlook*, divulgado pelo FMI na semana passada com as novas estimativas para a economia mundial. Segundo a entidade, o PIB global deve sofrer uma queda de 3% em 2020. No relatório anterior, divulgado em janeiro, a expectativa era de crescimento de 3,3%. Para se ter a real dimensão do tamanho do problema, um desempenho anual tão negativo não ocorre desde 1929. Na crise financeira de 2008-2009, a retração foi de apenas 0,7%.

Quase todas as economias devem apresentar queda do PIB em 2020. No conjunto de países avançados, a expectativa é de retração de 6,1%, com baixas expressivas nos EUA (-5,9%) e Zona do Euro (-7,5%). Entre os países emergentes, o recuo deve ser de 1,1%. Os desempenhos de China (+1,2%) e Índia (+1,9%), raras exceções de países que devem crescer em 2020, ajudam a explicar o melhor resultado frente aos avançados. Aliás, os dados relativos ao primeiro trimestre da China, divulgados na última sexta (17), apontaram queda do PIB de 6,8% frente ao mesmo período de 2019. Apesar de ser a primeira retração desde 1992, o resultado surpreendeu positivamente. Por fim, para o Brasil, espera-se um tombo de 5,3% em

2020, configurando a maior queda anual da história, a se confirmar. O resultado é próximo ao esperado para os países da América Latina e Caribe (-5,3%).

Apesar de todas as notícias negativas, há uma mensagem positiva no relatório. Com as informações obtidas até o momento, caso a crise seja realmente controlada em 2020 e não haja mais necessidade de qualquer tipo de isolamento social no próximo ano, o FMI espera uma retomada já em 2021 com o PIB crescendo 5,8%, a maior alta desde 1980. No entanto, mesmo assim, ao final de 2021 o PIB em nível permanecerá abaixo do esperado antes da crise do COVID-19. Vale ressaltar que os autores deixam claro que as previsões estão cercadas de extrema incerteza.

### Crescimento do PIB – Var. % anual

	2019	2020	2021
<b>Mundo</b>	<b>2,9</b>	<b>-3,0</b>	<b>5,8</b>
<b>Avançados</b>	<b>1,7</b>	<b>-6,1</b>	<b>4,5</b>
EUA	2,3	-5,9	4,7
Zona do euro	1,2	-7,5	4,7
<b>Emergentes</b>	<b>3,7</b>	<b>-1,1</b>	<b>6,6</b>
China	6,1	1,2	9,2
Am. Latina/Caribe	0,1	-5,2	3,4
Brasil	1,1	-5,3	2,9

Fonte: WEO/FMI.

## O problema do “coronavírus” no Brasil

Na última segunda-feira, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 149/2019, que substitui o Plano Mansueto e prevê ajuda financeira da União a Estados, Distrito Federal e Municípios decorrente da perda de receita que a pandemia do coronavírus causará aos entes subnacionais. Mas numa ótica distorcida de substituição, foram-se as contrapartidas de ajuste fiscal, restando apenas a generosidade da União.

O objetivo do Plano Mansueto era auxiliar Estados com dificuldade de honrar seus compromissos financeiros. O auxílio seria a permissão de que o Estado pudesse contrair novas dívidas de bancos públicos ou privados e de organismos internacionais, com o Governo Federal como fiador, que assumiria o pagamento das prestações em caso de calote. Com essa garantia, ficaria mais fácil para o Estado conseguir empréstimos. Em contrapartida, o plano exigia que os Estados contemplados adotassem medidas de ajuste fiscal pelos próximos quatro anos, como adoção de teto dos gastos ou novas regras para reajuste salarial dos servidores públicos.

O projeto substituto prevê que a ajuda seja por meio da complementação, pela União, do que foi perdido pelos Estados em arrecadação do ICMS, e pelos Municípios na receita de ISS, de maio a outubro deste ano, além da suspensão de parcelas de dívidas com o Governo Federal e bancos públicos, montante equivalente a R\$ 9 bilhões. Mas não há nenhuma

contrapartida a ser praticada pelos entes. Inclusive o congelamento de salários dos servidores e a vinculação dos recursos da recomposição a gastos especificamente voltados para o combate à pandemia foram retirados do texto.

O risco da implementação de um programa nesses moldes, que ainda precisa ser apreciado pelo Senado, é alto para o futuro da economia. Em nota técnica divulgada, a equipe econômica explicitou os principais impactos do projeto. Caso a queda na arrecadação com ICMS e ISS seja de 30%, o custo estimado dessa transferência seria de aproximadamente R\$ 84 bilhões, que seriam cobertos com novas emissões de títulos públicos pelo Tesouro Nacional. A nota ainda estima que a cada 10% a mais de perda de receita representam R\$ 28 bilhões em compensações adicionais. A equipe econômica ainda teme que o projeto se transforme, no futuro, em uma nova Lei Kandir, que desonerou o ICMS das exportações e é alvo até hoje de disputa judicial pela crença de compensação aos Estados exportadores pela perda de arrecadação.

Além do risco de uma crise da dívida pública, que já se encontra em patamar desconfortável (76,5% do PIB), da maneira como está, o projeto não impõe incentivos para que os entes cooperem com o atual momento de crise. Nesse sentido, a aprovação das PECs Emergencial e a do Pacto Federativo permitiria que, no futuro, não nos encontrássemos novamente à mercê do interesse político.

## A distribuição do PLP 149/19 entre os Estados e Municípios

A equipe econômica do Governo Federal também destaca a questão da distribuição geográfica da compensação do PLP 149/2019. De acordo com a mesma nota, os Estados mais desenvolvidos são os que receberão a maior parte dos recursos, justamente porque são os entes que mais arrecadam com ICMS e ISS.

Entretanto, essa não é a abordagem que o Ministério da Economia (ME) quer adotar, e sim que o suporte aos entes subnacionais seja feito por critério *per capita*, para que os cidadãos de fato sejam beneficiados, além de suprir eventuais desigualdades sociais que podem ser relevantes no atendimento à população mais vulnerável.

De acordo com a nota técnica, considerando um cenário de perda de 30% de arrecadação e a compensação tanto de ICMS e ISS, São Paulo receberia R\$ 21,6 bi durante os seis meses de vigência do projeto, muito à frente do segundo colocado, Minas Gerais, que ficaria com R\$ 7,8 bi. Ainda, ao Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro seriam destinados R\$ 5,3 bi, seguidos do Paraná, com R\$ 4,6 bilhões. Assim, somente os cinco Estados mais ricos receberiam o equivalente à 60% do auxílio de R\$ 74,5 bilhões destinado aos Estados.

Dessa forma, as regiões Norte e Nordeste receberiam menos recursos por habitante que as demais, sendo aquelas as regiões com maior parcela de

população vulnerável. Para a maioria deles, o auxílio não chegaria a R\$ 1 bilhão durante os seis meses.

A mesma desigualdade é observada no auxílio aos municípios. Somente São Paulo capital receberia o equivalente a 28% dos R\$ 9,2 bi destinado aos municípios. Entre os Estados mais ricos, o RS seria o menos beneficiado.

### Compensação ISS x Queda na Arrecadação (R\$ milhões)

	10%	20%	30%	40%	50%
SP	239,2	539,3	798,1	1.039,6	1.302,4
RJ	66,9	137,4	207,7	288,7	367,3
MG	32,5	65,2	95,6	136,5	170,0
PR	24,5	51,0	74,7	103,3	134,3
RS	19,7	41,8	61,0	82,1	105,4
<b>Total</b>	<b>382,7</b>	<b>834,7</b>	<b>1.237,1</b>	<b>1.650,2</b>	<b>2.079,3</b>

### Compensação ICMS x Queda na Arrecadação (R\$ bilhões)

	10%	20%	30%	40%	50%
SP	7,2	14,5	21,7	28,9	36,2
MG	2,6	5,2	7,8	10,4	13,1
RS	1,7	3,5	5,2	6,9	8,6
RJ	1,8	3,5	5,3	7,1	8,9
PR	1,6	3,1	4,7	6,2	7,8
<b>Total</b>	<b>14,9</b>	<b>29,8</b>	<b>44,7</b>	<b>59,6</b>	<b>74,5</b>

Fonte: Siconfi; Confaz. Elaboração: UEE/FIERGS.